

ÁREA AMBIENTAL

Servidores da área ambiental de São Paulo e Paraná rejeitam proposta do governo

No último dia 10 de abril, servidores e servidoras da área ambiental, provenientes de São Paulo e do Paraná, reuniram-se em uma assembleia virtual para discutir a proposta de reestruturação da carreira apresentada pelo Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI). O clima não poderia ser mais tenso, com duras críticas ao governo Lula surgindo em meio ao debate.

O Secretário Geral do Sindsef-SP, Luís Genova, não poupou palavras ao expressar sua insatisfação com o posicionamento do governo durante a Mesa de Negociação Nacional, que visa a recomposição salarial geral. Genova destacou as ameaças por parte do governo, através dos representantes do MGI, de não negociar com categorias que optem por deflagrar greve, uma postura considerada intimidatória e antidemocrática.

Na sequência, os servidores Cláudio Fabi e Jerônimo Martins apresentaram e debateram com os colegas a mencionada proposta de reestruturação da carreira dos servidores da área ambiental. As intervenções dos participantes



revelaram um descontentamento generalizado, pois as propostas governamentais não condizem com as reivindicações previamente aprovadas pelos servidores em seus fóruns de deliberações.

O governo parece estar alheio ao conteúdo do documento elaborado pelos servidores, uma vez que suas propostas são, em alguns aspectos, até mesmo inferiores ao que se tem atualmente. Um exemplo disso é a tabela remuneratória para os níveis superiores, que se mostra menos atrativa nos primei-

ros 15 anos em comparação com a atual, colocando em risco o futuro da gestão ambiental no país.

Diante desse cenário de insatisfação e descontentamento, após um amplo debate, os presentes decidiram por ampla maioria rejeitar integralmente a proposta do MGI. Além disso, foram aprovados encaminhamentos que serão submetidos como sugestão à Ascema Nacional.

- Divulgação para a imprensa de que o Ibama e o ICMBio não cooperarão com a organização da COP 30;
- Não dirigir viaturas;
- Entrega de cargos de chefia;
- Entrega de portarias de fiscalização;
- Autorização de procedimentos para contratação de brigadas pelo Prevfogo.

Essas medidas refletem a determinação dos servidores da área ambiental em defender seus direitos e garantir condições adequadas para o exercício de suas funções.

